



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

Do indivíduo ao homem: os fins da instrução das primeiras letras no Brasil Imperial (1826-1828)

Luiz Tiago da Silva Gomes (UERJ)

Resumo: Perseguimos objetivos, desejos, metas. Para a filósofa Agnes Heller, “os homens aspiram a certos fins, mas estes determinados pelas circunstâncias” (1989, p.1). Nesse sentido, aquilo que perseguimos é resultado das relações de mediação da sociedade. Heller (1989) conceitua essa questão como homogeneização. No século XVIII, o cenário industrial implicou na necessidade de produção de uma nova ordem e racionalidade. Após a Independência do Brasil, em 1822, diante da necessidade de organização de uma nação independente, também se avaliou como necessidade o estabelecimento de certos laços comuns de pertencimento ao novo projeto. Neste trabalho, objetivamos investigar os acontecimentos em torno da produção da ideia do brasileiro a partir do que circulou nos periódicos. A nação implica uma generalização de vínculos abstratos (SOUZA, 2018), portanto, compreendemos que a formação da identidade da nação brasileira através da instrução relacionada com a proposta de homogeneização.

Palavras Chaves: Homogeneização - Instrução Pública - Método de Ensino Mútuo.

Sinos, sinais e apitos são utensílios sonoros fazem parte dos cotidianos dos espaços e instituições sociais. Entre eles, a escola - compondo, assim, os utensílios da cultura escolar (VIDAL, 2005). No espaço escolar tais utensílios ensinam os corpos, pela formação de hábitos, a solenidade de entrada, do início e término do recreio/intervalo, das provas, saída.

Com as lentes de pesquisa nos processos educativos no Império brasileiro, especificamente entre os anos de 1826 e 1828, mapeamos, metodologicamente utilizando a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), a oficialização da Lei Geral de Instrução Pública, que organizou todo o cenário da instrução na época (CARDOSO, 2003). Trata-se da lei de 15 de outubro de 1827¹.

¹ Segundo Gondra e Schueler (2008), a Lei Geral de Instrução Pública propunha a demarcação dos critérios fundamentais da prática educacional nos primeiros anos do Império - “sobre o quê ensinar e como ensinar” (Gondra; Schueler, 2008, p.56). Ao definir o Ensino Mútuo método oficial e nacional e o **ler, escrever, contar e crer**, a partir da gramática de língua nacional, dos princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, das leituras a Constituição do Império e da História do



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOSTEMPOS EDUCATIVOS

Após a Independência do Brasil, em 1822, havia a necessidade de organização do Estado e da nação independente, nesse cenário, se avaliou como necessidade o estabelecimento de certos laços comuns de pertencimento ao novo projeto (MEDINA; DIAS, GOMES, 2023). Compunha-se a necessidade de formar as leis da nação e também formar os brasileiros/as.

Diante disso, colocamos como questões de problematização e recorte: Quais são os instrumentos que exerceram viabilidade para a promulgação da lei? Quais os discursos defendidos para/pela instrução?

Nos limites deste trabalho são analisadas duas fontes.

A primeira é o título *Ideias elementares sobre um sistema de educação nacional* (1826). O título é parte integrante do 2º volume das chamadas *Cartas de Americus* ou *Cartas políticas* publicadas no periódico londrino *Padre Amaro* (ou *Sovella política, histórica e literária*) em 1826. O editor do periódico era Joaquim José Ferreira Freitas. Mas, o autor das cartas utiliza o pseudônimo de Americus². No total foram 12 cartas dadas ao público; segundo o redator do periódico:

Nas seis primeiras cartas, que compreende o 1º tomo, achará o leitor um corpo de doutrina [...] volumoso na sua extensão sobre o que diz respeito às formas dos governos em geral, sobre a forma de governos [...] e sobre religião. Nas seis últimas, que compreende o 2º tomo, se trata da administração da justiça, e das reformas de que ela carece, das prisões, da economia política, da escravatura, e da **educação pública nacional**, tudo em matéria de maior transcendência (Freitas, 1825, p.14-15).

No Brasil, os conteúdos das cartas foram copiados e publicados em periódicos que circulavam no império; no *O Universal* (MG, 1825 - 1842) e no *Diário Fluminense* (RJ, 1824-1831).

No *Diário Fluminense* (1824-1831) A matéria circulou em 6 edições das sessões de artigos não oficiais no mês de janeiro. Sendo a inicial em 19 de janeiro e a última em 28 de janeiro de 1826. A circulação do título no periódico que circulou na Corte (RJ) delega 1 (um) suporte de viabilidade da formação de uma opinião pública no que diz

Brasil (BRASIL, 1827), como repertório de saberes oficiais Estado Imperial explicita objetivos: regular um sistema de ensino selando vínculos com os saberes necessários para escola primária, selando vínculos com a Igreja Católica e “criar uma história para o Brasil” (Gondra; Schueler, 2008, p.54).

² CF. <https://dp.la/item/fb8dab588c575c98683448ec8e0b8aad?q=Joaquim+Joz%C3%A9+Ferreira+Freitas>
Acesso 14/05/2024.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOSTEMPOS EDUCATIVOS

respeito à instrução das primeiras letras. A estratégia de publicação da matéria pela forma que foi organizada atende a produção, legitimação e retificação dos valores, ideias e projetos (CHARTIER, 1995).

Sob isso, é publicado na edição de 19 de janeiro de 1826 (edição nº 15), a finalidade/valor da educação:

O fim principal da educação é fazer de um indivíduo o instrumento da sua própria felicidade, o da daqueles que vivem na mesma comunhão civil [...] Há contudo certos acontecimentos da vida humana, que sem a menor dúvida transformam o balanço entre as dores, e os prazeres, e nos fazem comparativamente infelizes; é por isso evidente, que a ideia negativa da felicidade a cada momento afeta a nossa existência, ou no corpo, ou na alma. O habituar-nos pois, ou a evitar, ou a sentir menos aqueles acontecimentos, forma o grande plano da educação, a qual se divide por isso mesmo em educação física — educação moral — educação Intelectual (*Diário Fluminense*: 19 de janeiro de 1826, p.58).

Para Heller,

valor [é] tudo aquilo que, em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daqueles componentes essenciais; pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de um determinado componente essencial (1989, p.5).

Com base na fonte, deduzimos que o valor é a felicidade - e o desvalor é a infelicidade. Cabe à educação a formação ou habituação do indivíduo aos componentes que garantam sua felicidade, e, para o contexto do Brasil pós-Independência, a felicidade da nação. Em relação às circunstâncias, é mister considerar, segundo Souza, que

Toda nação, especialmente, **toda jovem nação**, tem que se contrapor não apenas a inimigos ou outros externos, mas também a diversos outros internos [...] Uma nação se constitui apenas quando os nacionais se identificam efetivamente, em alguma medida significativa como brasileiros [...] A nação implica uma generalização de vínculos abstratos que se contrapõem efetivamente aos vínculos concretos (SOUZA, 2018, p.39).



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

Souza acrescenta que “a nação terá que disponibilizar recursos para todo um ‘arsenal simbólico’ em ideias e imagens” (2018, p.39). Podemos transcrever que o Estado brasileiro teria que disponibilizar recursos para a homogeneização do indivíduo, a garantia da sua felicidade e a constituição do sentimento nacional. Para suprir essa demanda a solução é o estabelecimento de um sistema

que tanto brilha [e que] está fazendo no mundo, [a] aplicação de uma máxima muito antiga segundo a qual tudo quanto um homem sabe pode ensiná-lo e o melhor modo de saber bem as coisas é ensinando. O sistema de Lancaster consiste portanto em fazer com que os rapazes se ensinem uns aos outros (*Diário Fluminense*, 24 de janeiro de 1824, p.72)

A justificativa apresentada e publicizada para o público letrado de 1826, com a intenção de instrução pelos impressos (LIMEIRA, 2023), deu-se à necessidade de oferta de um plano geral de instrução para a classe mais populosa do Império. E, também, pela ideia de rapidez, eficácia e economia no ensino (BASTOS, 1999). Americus defende que a classe trabalhadora não pode gastar muito tempo na aquisição da aprendizagem das ciências, sendo, portanto, necessário “circunscrever a sua cultura [...] somente ler, escrever e contar, o catecismo da religião e uma cartilha universal” (*Diário Fluminense*, 24 de janeiro de 1826, p.73).

A segunda fonte é um *Compêndio explicativo sobre o Methodo de Ensino Mutuo* (1828). De antemão, a escolha das fontes insere-se no contexto e conteúdo legitimados na lei de 1827. Do texto da lei, destacamos os seguintes artigos:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 4º As escolas serão do **ensino mútuo** nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL, 1827).



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

Segundo o militar, professor de primeiras letras pelo Método de Ensino Mútuo da cidade imperial da Província de Ouro Preto e **autor** do *Compêndio explicativo sobre o Methodo de Ensino Mutuo*, José Carlos Marink (1828), os sinais são necessários e indispensáveis. A função, segundo Marink: “serve para despertar a atenção dos alumnos” (1828, p.22). A utilização dos sinais para chamar a atenção corresponde a mecanização das práticas escolares, que, muitas vezes, “não responde a necessidades técnicas, mas basicamente disciplinares” (Perrot, 1988, p.19).

O professor José Carlos Marink, “aprendera o método em uma escola lancasteriana, instalada no Rio de Janeiro, para formar professores de todas as províncias, objetivando propagar este sistema de ensino por todo o Império” (Inácio, 2003. p.17)³.

No Compêndio, Marink afirma apresentar noções gerais do ensino pelo referido método, “uma fiel confissão” (1828, p. 11) do que observou e aprendeu na aula de Reynaud na Corte. Para ele, as dificuldades da instrução pelo Método de Ensino Mútuo eram consequência da falta de conhecimento das suas noções elementares, vazio que seu compêndio pretendia preencher. Ao leitor do material, apresenta

o Método de Ensino Mútuo forma hoje o objeto de muitas conversões no Brasil, e não deve isto causar admiração, à vista do ele tem produzido nos países mais **civilizados** da Europa, aonde seus felizes progressos [apresentam] de uma maneira prodigiosa a sua ótima regularidade (Marink, 1828).

A visão nos “progressos” da Europa marcam a tentativa de legibilidade do Método de Ensino Mútuo. Num certo diagnóstico, Marink (1828) afirma que o método individual é lento, dispendioso, irregular e sem ordem, características que, segundo o autor, permitem a *ainda hoje* a existência do partido absolutista. A crítica aos castigos também é um recurso empregado.

O sistema consiste em quem “quando um escrever, todos escrevem, quando um ler, todos lêem, quando um conta, todos contam” (Marink, 1828). A promulgação do Método de Ensino Mútuo como oficial estabelece uma série de conversações sobre as estratégias da instrução da população. Tratou, inclusive, dos sinais - como consta no material produzido por Marink (1828).

³ O Decreto de 1º. de março de 1823 “Crêa uma Escola de primeiras letras, pelo methodo de Ensino Mutuo para instrução das corporações militares.” Coleção de Leis do Império do Brasil - 1823, Página 41 Vol. 1.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

Considerações finais:

Para Foucault, “o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código” (2017, p.163). A ação dos sinais uma estratégia de mecanização/disciplinarização dos corpos (PERROT, 1988; FOUCAULT, 2017). O que Marink explica no compêndio não coloca essas questões em xeque. Para ele, por exemplo, quando o professor acionasse o sinal e levanta a mão direita os alunos deveriam colocar-se de pé, e em seguida quando acionasse o sinal e batesse com o pé direito sobre o tablado, “então os alunos principiam a marchar” (Marink, 1828, p.23). Outro toque, no final da aula, marca o início das orações para o término da aula.

O que foi apresentado neste trabalho é o contexto de circunstância de formação, ou elevação, do indivíduo em homem-genérico (HELLER, 1989). Se é possível *alfinetar*, o indivíduo que desejava se forjar e formar no Império era aculturado a obediência, a disciplina, a ordem.

Referências:

BASTOS, Maria H. C. **A formação de professores para as primeiras letras do Barão de Gérando** (1939). In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Porto Alegre, RS: Passo Fundo, EDIUPF, 1999.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. **Raízes Históricas da Escola Pública no Rio de Janeiro**. In: GONGRA, José; MAGALDI, Ana; ALVES, Ana. *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSE, 2003.

CHARTIER, Roger. *Textos, impressão e leitura*. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. [Tradução: Jefferson Camargo]. Martins Fontes: São Paulo, 1995.

DIÁRIO FLUMINENSE, RJ: Na Imprensa Nacional, 1824-23 abr.1831. Diária. Redatores: Manuel Ferreira de Araujo Guimaraes ate 30 abr.1830, e a partir desta data Januario da Cunha Barbosa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=706744>. Localização: Publicações Seriadas Raras - PR-SOR 00010 [1-7]

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. [Tradução: Carlos Coutinho e Leandro Konder]. Paz e Terra: São Paulo, 1989.

INÁCIO, Marcilaine Soares. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. [Dissertação de Mestrado]. UFMG, Minas Gerais, 2003.

LIMEIRA, Aline. **Educar as memórias**: A independência nacional e suas narrativas na imprensa Parahybana. In: LAÍNES, Alejandro; FRANÇA, Denise; LUSTOSA, Francisca; VILANOVA, Francisco (orgs.). *Liberdades no/do Brasil? Os processos da independência das populações (1815-2022)*. Rio de Janeiro: Mauad X. Faperj, 2023.

MARINK, José Carlos. *Compendio explicativo sobre o methodo do ensino mutuo*. Ouro Preto, MG: Typ. de Silva, 1828. 35, [1] p., 17,5 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0405/bndigital0405.pdf. Acesso em: 5 Jan. 2024.

MEDINA, Denise; DIAS, Juciele; GOMES, Luiz Tiago. *Ler, escrever e contar no Correio Braziliense: reforma educacional na construção do Estado-Nação*. International Standing Conference for the History of Education, Budapeste, 2023.

O UNIVERSAL. MG: na Officina Patricia de Barboza, 1825 - 1842. 3 vezes por semana. Epigrafe: "Rien n'est beau que le vrai; le vrai seul est aimable", Voltaire. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/historico>.

SOUZA, Jessé [et al.]. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. 3ª Edição. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.